

Populações nativas: capuchinhos franceses e o governo estadual – práticas e articulações no início do século XX no RS

Cintia Régia Rodrigues¹

Resumo: Este trabalho analisa a relação entre Igreja Católica e as populações nativas do RS, destacando a atuação dos missionários capuchinhos franceses junto às populações nativas do Rio Grande do Sul no início do século XX. Além disso, averigua-se a articulação entre o Governo Estadual e a Igreja Católica durante a República Velha. Cada Instituição detinha seus interesses: uma desenvolveu a “proteção fraterna” para os nativos, a partir da Diretoria de Terras e Colonização o Governo do Estado organizou uma série de práticas, sendo que o nativo deveria se transformar em mais um agente do projeto de modernização e a outra tentou continuar seu trabalho evangelizador, dentro do contexto de modernização que estava em marcha no Estado Sul-Riograndense.

Palavras-chave: Populações nativas, Proteção fraterna, Capuchinhos Franceses.

Native people: capuchin french and state government - practice and joints at the beginning of the twentieth century in RS

Abstract: This study examines the relationship between the Catholic Church and native populations of RS, showing the work of the French Capuchin missionaries in the populations of the native Rio Grande do Sul in the early twentieth century. Moreover, investigates the articulation between the State Government and the Catholic Church during the Old Republic. Each institution had its interests: a developed "brotherly protection" for the natives, from the Board of Land and Colonization State Government organized a series of practices, and the native would become more an agent of modernization project and the other tried to continue its evangelizing work within the context of modernization that was underway in the state of South Riograndense.

Keywords: native populations, “Proteção Fraterna”, French Capuchins.

Recebido em 12/11/12 - Aprovado em 20/02/13

Nos finais do século XIX, ocorre o processo de separação da Igreja Católica do Estado Nacional, precisamente em 1890². A Igreja, nas palavras de Zagonel, “gozava

¹ Doutora em História pela Unisinos/RS. E-mail: regia_rs@hotmail.com

² Em 17 de janeiro de 1890, através do decreto do Governo Provisório, se dá fim ao regime do Padroado.

de liberdade mas era pobre e desmoralizada” (ZAGONEL, 1975, p. 10). Segundo o autor, no período Imperial, a Igreja não estivera à altura de sua tarefa eclesiástica. Assim, no raiar do século XX, a Igreja pretendia impor um processo de romanização, que estabelecia disciplina ao clero, e reforçava noções ortodoxas religiosas entre os padres, o que a distanciava das práticas seguidas anteriormente, contaminadas por “superstições”³ e “confusão”. A romanização é entendida como o ajuste do clero brasileiro à hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, observando as determinações do Papa (MOURA; ALMEIDA, 1977). A crítica também se centrava na própria formação recebida nos seminários e nas ideias liberais, regalistas e naturalistas, que norteavam a vida da maioria do clero. Observava-se que a formação destes estava mais calcada na vocação política do que na eclesiástica (ZAGONEL, 1975).

Ainda na prática de moralizar, a Igreja Católica no Brasil iniciava uma “caça as bruxas”, e desligava da instituição os religiosos que não estivessem de acordo com as novas orientações calcadas na disciplina e na ortodoxia religiosa. Essa ação, aliada ao número limitado de seminários, levava à carência de religiosos no Brasil.

Esse contexto sinalizava a favorável entrada de ordens religiosas no Brasil, propiciada pela conjuntura europeia, visto que, em alguns países, os religiosos estavam sofrendo perseguições. Os religiosos advindos da Europa possuíam um cabedal intelectual e religioso distinto, que seria importantíssimo no processo de elaboração de uma rede de ensino e, principalmente, na possibilidade de buscar verbas para o próprio sustento da Igreja Católica, já que, desde a separação da Igreja e do Estado, o clero católico lutava por uma autonomia financeira. Criaram-se novas dioceses também com o intuito de organizar a Igreja e garantir a posse dos seus bens.

A Igreja Católica no Estado, nos anos finais do século XIX, estava desorganizada, e existiam características específicas no Rio Grande do Sul para agravar a situação: o clima de insegurança provocado pelas constantes guerras e revoluções que prejudicavam a vida da Igreja; outro fator que reforçava esta situação era a própria distância entre a Província do Rio Grande do Sul e a diocese do Rio de Janeiro, que dificultava o exercício pastoral do bispo perante o clero e a população sul-riograndense. Também se encontram em vários escritos os relatos de viajantes que passavam pelo Estado, e apontam a falta de conhecimento da população em relação aos preceitos do catolicismo. Tal constatação é relacionada ao contexto do Estado, uma sociedade pautada pelo militarismo, consequência de caráter de lutas contínuas. Essa situação leva o Estado a trazer religiosos da Europa, como os capuchinhos franceses, temática que será abordada a seguir.

³ Entendidas como as práticas messiânicas no Brasil, margeavam os desígnios da Igreja, como o caso dos Muckers, no Rio Grande do Sul; O monge João Maria, no Contestado – Santa Catarina – e Antonio Conselheiro, no nordeste brasileiro.

A continuidade da tarefa de moralizar o clero no Rio Grande do Sul ficaria a encargo de D. Cláudio José Ponce de Leão, que tomava posse em 1890 como terceiro Bispo do Estado. D. Cláudio permanece no cargo de 1890 a 1912, período em que pretende dar uma feição eclesiástica ao clero, pautada numa boa formação religiosa. No período em que D. Cláudio dirige a Diocese do Rio Grande do Sul, em termos políticos, ocorre a emergência do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), que professa os ideais comteanos e via com bons olhos a separação da Igreja e do Estado. Em 15 de agosto de 1910, de acordo com o decreto do Papa Pio X, Porto Alegre seria elevada à condição de sede de arcebispado. A partir disso, seriam criadas três novas dioceses no Estado, localizadas nas cidades de Uruguaiiana, Pelotas e Santa Maria (PEZAT, 1997). Em 1912, ocorre a passagem da direção da Igreja no Estado. Dom Ponce de Leão, incumbe, em 1912, Dom João Becker, de buscar o espaço do catolicismo no Rio Grande do Sul, segundo Isaia:

Numa sociedade como a rio-grandense, onde não havia tradição de enquadramento da opinião pública à influência de um catolicismo de feição tridentina, o arcebispo esforçar-se-ia para salientar a seriedade e funcionalidade da Igreja (ISAIA, 1998, p. 206).

De acordo com o autor acima citado, essa busca de espaço não era apenas uma aliança com o poder temporal, mas também a procura de sensibilização e conversão das elites. A Constituição Castilhistas de 1891 requeria que a educação fosse desenvolvida nos moldes elaborados por Comte, ou seja, o ensino primário deveria ser subsidiado pelo Estado e o ensino secundário poderia ter caráter ideológico, portanto não precisaria estar ligado ao governo do estado. A Constituição Castilhistas indicava isenção do Estado frente à subvenção às atividades educacionais ou de culto da Igreja. A Igreja Católica estruturou uma rede de ensino em todo o Estado (DE BONI, 1980), o que acarretou uma intervenção na formação das elites⁴ sul-rio-grandenses (ISAIA, 1992).

Como registra Isaia, “as evidências empíricas revelam-nos um padrão de relacionamento entre o catolicismo rio-grandense e o castilhismo baseado em um ‘modus vivendi’ harmônico” (ISAIA, 1992, p. 9). Mas, esta característica deve ser relativizada, pois, partindo de contextos distintos, tanto o governo estadual quanto a Igreja Católica tinham preocupações que a princípio se completavam. Pretendiam empreender uma cruzada pela regeneração da sociedade, mas cada um dentro do seu contexto. Conforme o autor, “Tanto o positivismo como o catolicismo pregavam a reforma moral da sociedade” (ISAIA, 1998, p. 67). O positivismo baseava esse aperfeiçoamento moral da

⁴ É pertinente destacar que existem vários tipos de elite, como, por exemplo: a econômica, a política, a administrativa, a intelectual. De acordo com Heinz, “Elite seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 1998, p. 50).

sociedade no processo educativo da filosofia positiva, e o catolicismo entendia a reforma moral da sociedade como “cristianização social”. Segundo D. João Becker⁵, o que compreendia a ação católica “é a participação dos seculares no apostolado da Igreja para a defesa dos princípios religiosos e moraes” (BECKER, 1929, p. 250). Alertava que a Igreja “jamais será de ordem material, mas espiritual; [...] não política, mas religiosa” (BECKER, 1929, p. 250). Segundo o Arcebispo, o poder civil advinha de Deus: “Deus é a última fonte de poder e os governantes recebem de suas mãos a auctoridade de regerem os povos” (BECKER, 1929, p. 250).

Assim, notamos que a Igreja Católica e o governo estadual mantiveram-se “próximos” durante a República Velha no Rio Grande do Sul, através da prática de evangelização empreendida por parte dos capuchinhos, primeiramente à população italiana do Estado e, subsequentemente, aos nativos do Rio Grande do Sul. Cada Instituição detinha seus interesses: uma desenvolveu a prática da “proteção fraterna” e a outra tentou continuar seu trabalho evangelizador, dentro do contexto de modernização que estava em marcha no Rio Grande do Sul.

A “Proteção Fraterna” compreende as práticas do Estado Sul-Riograndense para com as populações nativas dentro de um processo de modernização, estabelecido pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), a partir da estruturação da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) em 1908. A proteção dos nativos passa à categoria de rubrica do Estado. Na prática, a proteção fraterna era um mecanismo para “proteger” e inserir o “menor”, o “atrasado”, o primitivo na era no progresso do Rio Grande do Sul. Concomitantemente ao processo de vinda de colonos, à construção de estradas e ferrovias, a categoria “proteção fraternal” pretendia criar condições para que o nativo não impedisse o avanço das fronteiras da modernização e se tornasse um participante do processo. Também pode ser interpretada como uma tentativa de oferecer um patamar mínimo de sobrevivência ao menor, o cansado, o atrasado, oportunizando ao nativo a possibilidade de reforçar, juntamente com os colonos, o projeto de modernização do Estado. Dessa forma, o nativo e o colono seriam símbolos do progresso. Afinal eram sociedades contemporâneas.

O termo Proteção Fraternal pode ser compreendido como uma prática de “conciliação” entre os grupos que estavam no topo das estruturas: intelectuais, latifundiários, dirigentes políticos. Afinal, o progresso se mostrava em marcha no Estado; então, pode-se afirmar que foram elaboradas adequações, no sentido de empreender o progresso, e o desenvolvimento perpassava também pela questão de terras no Rio Grande do Sul. Desse modo, a DTC era responsável por conciliar os interesses pulverizados dos grupos da elite, e as populações nativas se tornavam, nesta medida, um empecilho ao processo de modernização. Assim, o termo proteção fraternal também pode ser interpretado como um conjunto de práticas elaboradas no sentido de resguardar

⁵ De 1912 a 1946, foi Arcebispo de Porto Alegre.

interesses econômicos de latifundiários, empresas colonizadoras, enfim grupos que estavam no topo das estruturas econômicas, políticas e sociais do Estado.

A ação dos capuchinhos franceses junto aos nativos do Rio Grande do Sul sob o projeto de modernização da DTC

O contexto do trabalho missionário dos capuchinhos é imprescindível para entender a relação existente entre a Igreja Católica e o governo estadual, nos finais do século XIX e primórdios do século XX, sendo que em 1908 foram tomadas medidas para modernizar o Estado, estas, empreendidas pela Diretoria de Terras e Colonização, que era uma das frentes deste projeto. Em vários relatórios, cartas e publicações, além de ações, há a relação dos capuchinhos com a DTC, a partir de 1908. O trabalho missionário da ordem religiosa inicia em 1903 entre os nativos do norte do Estado, os Kaingang.

No ano de 1896, chegam ao Brasil os primeiros missionários capuchinhos franceses, precisamente ao Estado Sul-Riograndense. Os capuchinhos advinham da França, da Província de Sabóia, do convento de Chambéry. Como já relatado acima, a vinda dos capuchinhos está condicionada a uma série de fatores.

Nesse contexto, D. Cláudio, com o intuito de formar um clero regular no Estado, informava o Papa Leão XIII sobre a situação de abandono em que viviam os imigrantes italianos, e propunha a vinda de padres da ordem capuchinha, para que estes estruturassem uma rede de ensino na região da colonização, também desenvolvendo a observância dos preceitos da fé católica. Num primeiro momento, houve a recusa dos capuchinhos, em função da própria situação europeia e de estarem submergidos numa missão nas Ilhas Seychelles, não possuindo material humano suficiente para entrar em um novo projeto missionário. Posteriormente, em finais do ano de 1895, é composta uma delegação de capuchinhos, a fim de conhecer o contexto estadual. No grupo estavam Frei Raphael de la Roche, Ministro da Província Capuchinha de Savóia, Frei Bruno Gillonnay e Frei Leon de Montsapey. Frente ao contexto europeu e à boa impressão da Colônia italiana de Conde d'Eu, atual município de Garibaldi, os capuchinhos resolvem ficar no Estado. D. Cláudio também pretendia trazer divisas financeiras para a Igreja Católica do Estado, através das ordens religiosas europeias.

Frei Raphael regressa à França e Frei Bruno e Frei Leon iniciam o trabalho missionário no Estado junto à colonização italiana. Segundo Gialdi, estes padres se tornam missionários ambulantes (GIALDI, 1989). Já, em 1898, chegam mais religiosos capuchinhos, entre os quais estavam os padres Bernardin d'Apremont e Fidèle de La Motte-Servolex. Em 1900, com uma boa estrutura montada para atender aos colonos italianos, com a introdução de um seminário em Conde d'Eu, mais uma escola em Nova Trento e um noviciado em Alfredo Chaves (PEZAT, 1997), os missionários citados atenderam ao pedido de D. Cláudio. Vale lembrar que os religiosos também tinham a tarefa de ensinar a língua portuguesa e atenuar eventuais problemas relacionados com a

nacionalização. Conforme Lima, a Igreja Católica propunha que o Estado Nacional autenticasse o trabalho missionário, assim como lhe concedesse plenos poderes para que pudesse utilizar-se do trabalho dos nativos para o desenvolvimento agrícola e o fortalecimento da nacionalidade brasileira (LIMA, 1985).

Dom Cláudio solicita que os padres empreendam trabalhos missionários entre a população brasileira de cima da Serra, pois se encontrava abandonada, em termos religiosos, há um bom tempo. Assim, os capuchinhos assumiram a paróquia de Vacaria, e expandiram seus trabalhos até o município de Lagoa Vermelha.

Era importante que os afazeres de evangelização realizados pelos capuchinhos fossem descritos aos seus superiores na Europa através de cartas e relatórios. Alguns desses materiais foram divulgados na revista *Le Rosier de Saint François d'Assís* (RSFD'A), mantida pela Província Capuchinha de Savóia.

Os primeiros contatos estabelecidos entre capuchinhos e nativos Kaingang ocorrem em 1903, conforme a carta de frei Fidèle de La Motte-Servolex, em que relata a estratégia utilizada para se aproximar dos nativos. No mesmo ano, o padre Bruno de Gillonnay realiza uma visita aos nativos Kaingang, relato que será publicado em 1904, no *Rosier de St. François*:

[...] Nas florestas do norte do Estado existem ainda algumas tribos dos grupos que ocupavam o Brasil quando de sua descoberta. Um dos nossos missionários, Pe. Alfredo, numa de suas inúmeras excursões apostólicas, havia conseguido chegar até esses infelizes. Em vista do relatório que me apresentou, resolvi visitá-los eu mesmo, com o objetivo de verificar *se haveria possibilidade de empreender algo para lhes proporcionar os benefícios da civilização.*

[...] Em primeiro lugar, devo dizer que estas tribos são restos dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, [...] o povo os chama de “bugres” mas eles rejeitam tal denominação, que ela convém aos índios ferozes que habitam as profundezas das florestas.

[...] Hoje, estão alojadas nas florestas existentes no norte do Estado.

[...] Os índios nunca se apresentam em público sem estarem modestamente vestidos. Como alimento ingerem um pouco de milho assado nas brasas; mas se uma caçada lhes oferece uma abundante refeição, aí se verifica uma verdadeira voracidade.

[...] *Em consequência do contato com os cristãos, têm alguns conhecimentos da nossa religião – bom número dentre eles são até batizados. [...] Por isso pensei logo em organizar a evangelização desses pobres abandonados.*

[...] Conversei com os chefes, falei com as autoridades civis e ficou estabelecido que se tentaria junto ao Governo do rio Grande do Sul obter uma área de terreno, no município de Lagoa Vermelha, às margens do rio Forquilha [...], *que em seguida, um missionário ou dois, ocupar-se-iam de sua instrução religiosa, agrícola e civil.* Os chefes com os quais falei prometeram

usar de sua influência junto aos chefes das outras tribos, no sentido de mostrar-lhes as vantagens e decidi-los a realizar este projeto de união (grifo nosso), (*Le Rosier de Saint François D'Assise*, 1904, p.236-240).

A partir desse documento, percebemos a urgência de catequizar os nativos, segundo Frei Bruno, pois a maior parte dos nativos já conhecia a fé cristã, devido a possíveis contatos com missões luteranas. Também se enfatiza a possibilidade de trazer ao nativo as benesses do progresso, da civilização. Observamos que o projeto dos padres capuchinhos no Estado pretendia empreender as instruções religiosas, agrícolas e civis, mas a primeira se distanciava da política indigenista do Estado, sendo que, a partir da documentação estudada, verificamos que nas diretrizes da proteção fraterna não estava disposta a instrução religiosa aos nativos. A Igreja tinha como objetivo executar a reforma moral da sociedade a partir da cristianização social, mas também considerava necessário executar um plano de intervenção na vida dos nativos, onde, além da instrução religiosa, havia a agrícola e a civil.

A prática do “modus vivendi harmônico” entre a Igreja Católica e o Estado Sul-Riograndense desembocava numa atuação conjunta, mas com posicionamentos distintos em relação ao trato com os nativos. A Diretoria de Terras e Colonização objetivava exercer a “Proteção Fraternal” aos nativos do Rio Grande do Sul. Dessa forma, foi organizada uma série de práticas, sendo que o nativo deveria se transformar em mais um agente do projeto de modernização, juntamente com os colonos. Através de Torres Gonçalves o diretor da DTC, foi demarcado às terras dos 12 toldos⁶ indígenas existentes no Rio Grande do Sul. Os toldos eram os seguintes: toldo de Inhacorá , Guarita, Nonohay) e Serrinha (localizados no município de Palmeira das Missões); toldos de Fachinal e Caseros (localizados em Lagoa Vermelha), toldo de Lagoão (localizado em Soledade) e toldos de Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro, e o toldo de Ligeiro (localizados em Passo Fundo) que era o único que, estava submetido diretamente ao Serviço de proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais⁷ (SPILT.N).

Com a DTC já atuante no Estado, em 1909, Frei Bruno⁸ elabora um minucioso relatório acerca da situação dos nativos de Lagoa Vermelha ao Presidente do

⁶ São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sobre os quais o estado era responsável por protegê-los. Informações sobre os toldos podem ser encontradas no AHRGS, no Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

⁷ O governo federal estrutura um órgão, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILT.N), criado em 20 de junho de 1910, pelo Decreto n° 8.072, estabelecendo uma política de defesa e de integração do índio. O SPILT.N já fora determinado em 1906, mas efetivado apenas em 1910.

⁸ De acordo com Stawinski, em 1908, frei Bruno incumbiu a frei Germano de Saint Sixt de dar atendimento espiritual à população católica de Lagoa Vermelha, passando a estruturar a criação e a organização da catequese do toldo de Fachinal. Recebe do Governo do Estado, a quantia de 3;000\$ (três contos de reis), para o trabalho com os nativos e mais uma verba de 150\$ (cento e cinquenta réis) mensais para a manutenção do professor dos nativos (STAWINSKI, Alberto V. Apêndice II – Toldo dos Índios em Cacique Doble. In: D'APREMONT,

Estado, Carlos Barbosa. Também sugere os empreendimentos necessários para civilizar e moralizar os nativos do Toldo Fachinal com a promessa de obter bons resultados:

[...] Os índios daquele toldo são aproximadamente 120 famílias, [...] Habitam em miseráveis palhoças, não tem camas, nem móveis [...]. Passo agora a enunciar os meios a empregar para civilizar e moralizar esse povo [...]. O território cedido aos índios deverá ser dividido em lotes, de modo que cada um seja proprietário do lote que ocupa e cultiva; todavia, não se lhe deve conceder o direito de vendê-lo, porque o índio venderia imediatamente, para ter um dinheirinho [...]. *Será necessário nomear um* Diretor encarregado dos índios; poderia ter o título de *professor público* [...] os índios são volúveis, incapazes de uma atenção prolongada [...] este deveria ser pai destes índios. Indiquei ao Senhor Coronel Alves de Moraes um professor municipal de S. João de Montenegro que parece ser portador dos predicados exigidos [...]. O senhor Coronel aprovou a escolha. É de toda conveniência conceder um lote também para o Diretor, para que possa criar uma Escola Agrícola e outro lote para a sua família, a qual, pelo trabalho, serviria de modelo aos índios e estimularia a dar-se também à agricultura. [...] *O Estado deveria conceder a importância de 5 ou 6 contos de réis para a construção de uma escola e seu mobiliário; seria também necessário fornecer as primeiras sementes. Acredito que assim se conseguirá uma verdadeira transformação neste povo. Depois poder-se-á pensar em fazer do nosso índio um cidadão consciente; teremos então uma colônia agrícola florescente [...]*(grifo nosso), (RELATÓRIO de 16/06/1909. In: D'APREMONT e GILLONAY, 1976, p. 54-55).

Percebemos que havia a política da “Proteção Fraternal”, organizada pelo governo estadual e as estratégias que deveriam ser elaboradas, segundo as práticas apontadas no relatório escrito por Frei Bruno, representante da Igreja Católica; seriam elas: a necessidade de repartir os lotes de terras entre índios e novamente de instruir os nativos, para que estes se tornassem cidadãos. As duas propostas pretendiam fazer do nativo um agricultor que pudesse ser útil ao processo de modernização do Estado, ter seus “braços preenchidos de civilização”. Mas, a Igreja Católica continuaria a desenvolver a catequese entre os nativos. Por isso, constatamos que havia no Estado a disputa pelas almas dos nativos.

Torres Gonçalves sempre se mostrou avesso à educação católica dentro dos toldos, como ela ocorreu a partir de 1903 no toldo de Fachinal por parte dos capuchinhos franceses; com este posicionamento, reforçamos a ideia de que o Governo

Bernardín; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976, p. 253).

do Estado, através da DTC, e a Igreja Católica disputavam as almas das populações nativas.

Ainda no relatório de 16 de junho de 1909, segundo o Frei, os nativos “mesmos pedem ao Governo reconhecer-lhes como propriedade uma área de terra que sempre ocuparam, situada entre o rio Carazinho, a leste, e o rio Lajeado, a oeste” (RELATÓRIO de 16/06/1909. In: D’APREMONT e GILLONAY, 1976, p. 54-55). Observamos, novamente, a prática da negociação, especialmente quando se trata da demarcação de terras aos nativos.

Em uma carta dirigida ao “Rosier”, em 1909, padre Bruno enfatiza novamente a necessidade de contratar um professor leigo para a catequese entre os nativos de Fachinal, visto que faltavam braços da ordem religiosa para esta prática, e também havia falta de verbas. Com isso, foi apelar ao Governo do Estado, pois “No Brasil a Igreja está separada do Estado, mas ambos vivem em boa vizinhança, sabem se ajudar e se amar”(RELATÓRIO de 16/06/1909. In: D’APREMONT e GILLONAY, 1976, p. 54-55, 85-87).

Em 1909, Frei Bruno encontra um professor leigo para o ofício de professor e catequista, o colono Ricardo Zeni. O Capuchinho recorre ao Governo do Estado, neste âmbito a Secretaria do Estado para Negócios do Interior e do Exterior, e nomeia Ricardo Zeni como professor dos nativos de Lagoa Vermelha (toldo de Fachinal), tendo como rendimentos anuais 1.800\$000 (DIÁRIO OFICIAL de 09/10/1909, apud D’APREMONT; GILLONAY, 1976). Com o Decreto nº 1528 de 1909, o Governo do Estado faz a abertura de um crédito no valor de 5.800\$000 (DIÁRIO OFICIAL de 09/10/1909, apud D’APREMONT; GILLONAY, 1976) para a promoção da catequese dos nativos de Lagoa Vermelha. As condições nas quais o Estado elabora o decreto visivelmente caracterizam a prática da Proteção Fraternal, que, entre vários propósitos, tinha como fio condutor tornar os nativos pequenos agricultores, dentro da perspectiva da própria política indigenista firmada pelo SPILT. Seguem as considerações do Governo Estadual:

[...] Considerando que chegou enfim o tempo de se servir, como fonte de trabalho dos numerosos grupos de índios que vagueiam através das florestas do Estado;

Considerando em segundo lugar que este trabalho deve ser preparado pela catequese dos ditos índios, mediante um ensino adequado e ministrado por pessoal escolhido para este fim [...] (DIÁRIO OFICIAL de 09/10/1909, apud D’APREMONT; GILLONAY, 1976).

Em 1910, quando Torres Gonçalves visita o Toldo de Faxinal, é observada a atuação do professor Ricardo Zeni que, de acordo com o documento (RELATÓRIO de 09/06/1910, p 156-157), não estava protegendo devidamente os nativos, que reclamavam com veemência do mesmo. O professor teria, inclusive, convidado os nativos a

abandonarem as terras, em que viviam há cerca de 70 anos, e se estabelecer em volta do povoado chamado Cacique Doble, que era habitado por comerciantes italianos, como o próprio Zeni. O cacique do Toldo de Fachinal, Faustino, teria recusado a se transferir para outras terras, mas Zeni, dando presentes a um ajudante do cacique, conseguiu criar a ruptura entre os nativos. Dessa forma, um grupo de nativos seguiu e se instalou nas proximidades do povoado de Cacique Doble.

Segundo o relatório, os trabalhos de Zeni não correspondiam aos intuítos protetores do Governo do Estado:

[...] Duas preocupações parecem domina-lo. Ensinar a ler e fazer os índios trabalharem. Debalde procuramos explicar-lhe qual deve ser a atitude dos ocidentais em relação aos feticistas. Em resposta, ele declarou-nos que não se conforma, nem se sujeita a ter escola sem alunos, entendendo de ser uma crueldade deixar os índios na ignorância, da leitura e da escrita e, bem assim, que não compreende que o Governo proteja senão os índios que trabalharem, o contrario sendo fomentar a vadiagem. Como remate do seu programa, declarou-nos precisar de algumas praças de polícia, sem o que a sua própria segurança não ficará garantida! (RELATÓRIO de 09/06/1910, p 156-157).

Em consequência disso, Torres sugeriu que o professor fosse afastado dos índios e que o serviço de proteção fraterna aos nativos passasse às mãos exclusivas da Diretoria de Terras e Colonização⁹. Vale ressaltar que a viagem de Torres ao toldo dos nativos é anterior ao Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, que estrutura o SPILTN.

Quando ocorre a estruturação de um órgão federal de assistência ao indígena, o SPILTN, a missão capuchinha, a partir de seu Frei Bernardin D'Apremont, manifesta-se junto a sua Instituição Religiosa:

[...] o governo brasileiro rompeu com a Igreja quando da organização após a queda do Império. Os líderes obedeciam às diretivas da maçonaria e do positivismo. Graças a múltiplas influências e as disposições pessoais dos dirigentes da política, este rompimento não foi, até o presente, odioso e perseguidor, antes: separação amiga e simpática. Todavia existem tendências de laicização. *Uma forma de laicização, que tomou vulto, ultimamente, é o que se chama de "catequese de índios"*. [...] Os partidários do positivismo e das lojas maçônicas acharam que *os monges deveriam ser substituídos por apóstolos de fraque, e a catequese religiosa por algo mais condizente com o progresso moderno* [...] (grifo nosso) (D'APREMONT; GILLONAY, 1976, p. 75-76).

⁹ Mas, a situação não se modifica, pois em 1911, inclusive, outro catequista fora nomeado pelo Governo do Estado para se integrar ao trabalho de Zeni (D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. 1976, p. 76).

Percebe-se a insatisfação, por parte de Frei Bernardin, pela perda do monopólio da catequese dos índios, para partidários de Comte. Em meio ao processo de laicização da catequese entre os nativos, a partir do Governo Federal, o trabalho de catequese realizado no toldo de Fachinal ficaria ameaçado em função da nova conjuntura que pairava no ar. Segundo D'Apremont e Gillonay, era visível o êxito maior da prática da catequese de religiosos entre os nativos, do que a catequese de leigos na visão do Presidente do Estado, mas este não pretendia se indispor com a União. Carlos Barbosa queria manter uma relação de amizade com o Governo Federal. O Relatório formulado por Torres Gonçalves, em 09/06/1910, foi analisado pelo Presidente, que fez vistas grossas às duras críticas tecidas ao Professor Ricardo, mas o pedido realizado por Torres ficou prontamente atendido, de que o “serviço de proteção fraterna aos indígenas” ficasse ao encargo da Diretoria de Terras e Colonização.

Em 1911, Frei Bruno, com o intuito de ampliar a catequese, buscou mais recursos junto ao Governo Estadual, mas, em função do contexto de laicização da catequese aos nativos, o Governo, segundo D'Apremont e Gillonay, acabou por cortar as verbas dos capuchinhos, constatando-se os projetos distintos acerca do trabalho com os nativos. Ainda, é solicitado que Frei Bruno apresente um relatório sobre a situação dos nativos de Fachinal (RELATÓRIO de 09/06/1910, p. 254-257). Tal documento foi organizado da seguinte forma: “I Das despesas feitas pelo Governo em favor dos Índios; II Dos resultados obtidos; III Dos resultados esperados; IV Dos melhoramentos que exigiria aquele Toldo” (RELATÓRIO de 09/06/1910, p. 254-255). O item reforça, mais uma vez, a tese de que o Estado Sul-Riograndense e a Igreja detinham projetos semelhantes, e estavam em consonância com os ditames da política indigenista nacional, no que diz respeito à nacionalização, à preparação de trabalhadores nacionais:

[...] III – resultados esperados. [...] 2º – Nacionalizar os índios. *Enquanto o índio não falar a língua dos brasileiros, viverá isolado dos demais da nação. O conhecimento da língua portuguesa é o meio absolutamente necessário, para que ele possa sujeitar-se às leis do país, recorrer à proteção das autoridades etc.* Enquanto não conhecer a língua, o índio será necessariamente, um pequeno Estado dentro do Estado. (grifo nosso). (RELATÓRIO de 09/06/1910, p. 256-257).

É pertinente reforçar a ideia de que, apesar do trabalho realizado em conjunto, o Estado Sul-Riograndense, através da DTC, influenciada pelos preceitos comteanos e a Igreja Católica, disputavam pelo trabalho com os nativos. Note-se, a partir do artigo publicado no jornal *A Defesa*, de 30 de novembro de 1913:

A catequese leiga não pode oferecer resultados positivos, enquanto os negativos são inúmeros. Consistem em que os ataques violentos dos índios são muito mais frequentes que no passado e que os selvagens, conscientes de impunidade,

tomam-se cada vez mais violentos. Os presentes que receberam não abrandaram seu furor, pelo contrário, excitaram-nos a cometerem sempre novos crimes. Se os índios, em cada homicídio, em cada roubo, recebem presentes, é claro que verão nisso um convite para continuarem uma atividade criminosa e tão bem recompensada. *Deve-se acrescentar que os positivistas não são partidários da violência e que concordam conosco, padres católicos. Contudo, alimentam a ilusão de que, sem falar em religião aos índios, somente com bons modos e donativos, será possível torná-los amigos e civilizados.* Esquecem a exacerbação e o ódio que as injustiças e crueldades dos europeus provocaram no coração do indígenas do novo continente.

E continua o jornal do Rio, analisando o artigo citado, afirmando que os catequistas leigos não permitem ao governo conhecer a realidade a ponto de que a autoridade não pode tomar decisões. Seus relatórios redigidos de maneira a favorecer seu apostolado e mantê-los numa função largamente remunerada, verdadeira mina para o Dr. Abott, Dr. Aldinger & Cia. Eis, em resumo, o resultado obtido pela catequese leiga nestes três últimos anos: oito assassinatos, entre os quais, uma senhora e um bebê, nove feridos. Os índios perderam somente um homem, mataram cerca de 700 animais só pelo gosto de derramar sangue, arrombaram sete casas, incendiando outras, duas vezes saquearam e assaltaram os acampamentos de seus protetores. Pode-se avaliar em cem contos os prejuízos de segurança e garantia contra os senhores da floresta. [...] *Confiemos que o tempo mostre ao Brasil que o menos dispendioso e o mais vantajoso será voltar à catequese religiosa dos índios* (grifo do autor), (Apud COSTA; DE BONI, 1996, p. 361).

De outra parte, quando, por sua vez, o governo estadual promovia a catequese, os religiosos elogiavam a prática do governo. Isto pode ser observado no documento elaborado pelo Frei Bruno para RSFD²A, em 1913, em que relata a “Primeira Comunhão de umas 20 crianças, filhas da floresta”:

[...] Dia 1º de maio, festa da Ascensão do senhor, o Revdo. Pe. Germano, nosso mui digno vigário esteve conosco há mais de oito dias, para completar a preparação catequética e, após sério exame admitiu-as ao Banquete Eucarístico. Desde cedo havia grande afluência de brasileiros, italianos e índigenas, vindos uns a pé, outros a cavalo.

As 10 horas, começava a Missa [...] Certamente ele jamais teria pensado que sua música fosse cantada em Cacique Doble. Nos intervalos do canto, os índios em conjunto, recitavam as orações preparatórias ao grande ato com voz clara e Argentina. Ao Evangelho, o Pe. Germano fez uma tocante alocução, falando aos índios de Deus que subiu glorioso ao céu e descera logo mais, invisivelmente, sobre o altar [...].

As crianças escutavam de olhos fitos no pregador [...].Chegado, enfim, o momento desejado, cantaram em conjunto o “confiteor” e depois, num momento edificante, se aproximaram da Mesa Sagrada para receberem o

pão dos Anjos. Terminada a ação de graças, o Pe. Germano lhes ofereceu uma lembrança do grande ato e foram convidados para um lanche, que devoraram com um apetite voraz, pois já era meio-dia; retiraram-se, depois, contentes e felizes, para suas cabanas. [...].

É justo consignar, aqui, um voto de louvor ao Governo do Rio Grande do Sul que, enquanto em outras regiões tentam escravizar os pobres índios, aqui tudo empreende para civilizá-los. [...] (grifo nosso) (CORRESPONDÊNCIA de 15/05/1913, p. 154-155).

No relatório anual de 1911, realizado ao Presidente do Estado, Torres aponta que em um único toldo existia a prática missionária católica, no toldo de Fachinal, e ainda explicita que a Comissão Terras de Passo Fundo havia empreendido a demarcação das terras do toldo (RELATÓRIO de 31/07/1911, p. 154-155). Notamos que Torres Gonçalves não tece mais nenhuma crítica ao professor Zeni, como havia empreendido anteriormente, no relatório de 09/06/1910. Ainda nesse mesmo ano, o Dr. Abbott¹⁰ visitou o Toldo de Fachinal. Ele era inspetor do SPILT, no Rio Grande do Sul¹¹. Nessa vistoria, destacou os trabalhos empreendidos pelos Capuchinhos.

Em 1913, o inspetor do SPILT, fez um convite ao professor Zeni, que empreendia uma visita ao então Presidente do Estado Borges de Medeiros, para tratar da continuidade dos trabalhos de catequese. Sua proposta versava sobre o empreendimento da catequese leiga aos nativos do Estado e aos de Santa Catarina. De acordo com D'Apremont e Gillonay, o convite teria sido formulado pelo Dr. Abbott, e dizia o seguinte:

Acceptaria você ser meu funcionário junto aos índios? Continuará a catequese religiosa e receberia também uma retribuição minha, como representante da catequese leiga. Sei que você assume e realiza. Meus catequistas leigos são uns comediantes. Enviei-os para junto dos pobres selvagens. Foram com muitos instrumentos de música. Comeram, beberam. Eram bem subvencionados, assim mesmo se endividaram e finalmente desapareceram... e sou obrigado a saldar suas dívidas (D'APREMONT; GILLONAY, 1976, p. 77).

O professor Zeni aceita a proposta, e prontamente assume a catequese leiga junto aos nativos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, por parte do SPILT. Sabe-se que o processo de laicização da catequese dos nativos a partir do Governo Federal acarretaria a perda de terreno das ordens religiosas, principalmente no Estado Sul-Riograndense, no Toldo de Fachinal. Em relação a essa situação, o jornal *A Defesa*, do

¹⁰ O inspetor se mostrava receptivo em relação aos preceitos de Comte, mas não era um confrade da IPB (Igreja Positivista do Brasil).

¹¹ Em 1912, é produzido um relatório por Dr. Abbott para o diretor interino do SPILT, José Bezerra Cavalcanti, tratando sobre a situação dos nativos do Estado.

Rio de Janeiro, de 30 de novembro de 1913, publica um artigo no qual critica o “Governo Brasileiro por querer impor as teorias de uma meia dúzia de positivistas a uma grande nação católica, pretende agora substituir os dedicados missionários [...]”¹².

As missões empreendidas pela ordem capuchinha, em Lagoa Vermelha, com os nativos do Toldo de Fachinal, passaram à jurisdição da diocese de Santa Maria¹³, que começou a prover a missão entre os nativos de Fachinal, pois o Estado Sul-Riograndense não mais patrocinava a missão evangélica junto aos nativos. Tal situação acarretou o enfraquecimento gradativo da ordem capuchinha junto a Fachinal.

Houve uma tentativa, por parte da Diocese de Santa Maria, de expandir o projeto de catequese religiosa iniciada por Frei Bruno, primeiramente aos nativos do alto da serra sul-riograndense. Após, esta experiência poderia abarcar os demais toldos do Estado, visto que estes não tinham assistência religiosa. Isso fica manifesto a partir dos contatos estabelecidos por Frei Bruno com o Bispo de Santa Maria, Dom Miguel (PEZAT, 1997).

Nesse contexto, em 1919, Frei Bruno concretiza uma nova experiência de catequese dos nativos no Toldo de Ligeiro, estruturando uma escola, que foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1920. Mas, as instalações da dita escola foram destruídas, juntamente com a casa do professor e catequista José Gelain (GIALDI, 1989). Essa iniciativa de criar a escola era um propósito da Igreja Católica. É pertinente salientar que no mesmo local havia uma escola organizada pelo SPI, através do Diretor da Povoação do Ligeiro, Paulino Almeida. No Estado do Rio Grande do Sul, havia três Instituições que pretendiam tratar da questão dos nativos: o Governo do Estado, através da DTC, o SPI e a Igreja Católica, cada uma pautada nos seus interesses. Na obra de D’Apremont e Gillonay, é sinalizado que, com a destruição da dita escola, Frei Bruno se desestimula de continuar sua campanha em torno da cristianização dos nativos. Inclusive os autores destacam que ocorre um avanço da política indigenista do Estado, pois, segundo os autores, existiam “polpudos subsídios governamentais” (D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 258) para a empreitada da proteção leiga, mas, como eles ressaltam, “a situação desses silvícolas continuou precária” (D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 258). Os autores concluem que a política empreendida pelo Estado com os nativos, fundamentada no protecionismo exagerado e na aplicação de métodos coletivos, resultou em:

¹² De acordo com os autores, o artigo em questão teria sido enviado pelo jornal *Deutsches Volksblatt* de Porto Alegre (D’APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. Op. cit., p. 77).

¹³ O primeiro Bispo seria Dom Miguel de Lima Valverde, em 1912. É relevante destacar que o referido Bispo criou o *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*. Neste eram divulgadas as Cartas escritas pelo Papa Pio X, que relatavam a triste condição dos povos nativos, reforçando a ideia de que a Igreja poderia ajudar o Estado Nacional, através da catequese. No momento em que procuramos este material, ele não estava disponível para pesquisa.

[...] que os indígenas se foram tornando autômatos, sem iniciativa, sem criatividade e sem estímulo para o trabalho da terra. Não raro acontecia que os vizinhos civilizados, conhecendo a mentalidade ingênua dos índios, exploram-lhes a mão-de-obra em troca de roupas usadas ou de cachaça. As férteis terras da área indígena, cobertas de pinheirais e de árvores de madeira de lei, aos poucos foram devastadas quer pelo fogo, quer pelo vandalismo de firmas de engenhos de serra, as quais se enriqueceram com a comercialização da madeira retiradas dos toldos (D'APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 258).

Percebe-se a partir do que foi explanado acima que, em primeiro lugar, os religiosos capuchinhos mantinham uma relação diplomática com o governo estadual, pois atuavam conjuntamente, mas nitidamente não concordavam com os métodos utilizados para os nativos. Observavam, então, que a prática da proteção fraterna não preparava o nativo para a civilização, pois era necessário efetivar a catequese. Isto nos faz pensar que, na visão dos religiosos, a localização dos toldos, próximos às colônias, não seria uma tática positiva. Ainda no tocante às terras dos nativos, estes ressaltavam que gradativamente foram sendo perdidas.

É sabido que um dos objetivos, quando da vinda dos capuchinhos ao Brasil nos primórdios do século XX, era fortalecer a nacionalidade brasileira. Conforme Lima, (LIMA, 1985) entende-se por esta prática o ensino da língua portuguesa e absorção de características ocidentais, como, por exemplo, o sedentarismo. E se voltarmos à ideia de proteção fraterna empreendida no Estado, efetivada a partir de 1908, com a DTC, em consonância com o projeto nacional (SPILTN), observaremos que o nativo deveria se tornar um pequeno agricultor (LEITE, 1986), a partir dos ideais comteanos, e também um instrumento para o processo de modernização, devendo ser enquadrado na sociedade nacional. As visões da Igreja e do Estado Sul-Riograndense acerca das populações nativas se relacionavam, mas existiam algumas diferenças: a primeira pretendia realizar a cristianização social na sociedade, a segunda também tinha como objetivo empreender a reforma social, mas pautada na filosofia positiva.

É, contudo, necessário novamente salientar que Torres Gonçalves era totalmente desfavorável à questão de que missionários católicos reforçassem a empreitada em torno da catequese aos nativos, visto que o Estado Sul-Riograndense já empreendia uma política em torno da proteção aos povos autóctones. E, como foi comentado acima, havia ideias, por parte da Igreja Católica, no sentido de desenvolver a catequese religiosa entre os nativos, sendo um grande incentivador o Bispo D. Miguel, o qual constantemente pressionava o presidente do Estado, na época Borges de Medeiros, para que a Igreja pudesse cooperar com a prática da “proteção fraterna” aos nativos.

Torres Gonçalves sempre procurou demonstrar que a catequese religiosa não era necessária, uma vez que havia a política indigenista desenvolvida pelo Estado. Além disso, destacava que a Igreja buscava transmitir a fé cristã aos nativos, sem ter um

programa sólido como o da DTC; no tolder de Fachinal, a Instituição Religiosa, a partir dos Capuchinhos, já havia realizado uma tentativa sem sucesso, a partir de Frei Bruno e do professor Zeni. Estas ideias de Torres são explicitadas em uma carta encaminhada ao presidente do Estado:

Em consequência do ponto de vista absoluto do catolicismo (aliás de todo o teologismo), o seu sacerdocismo não poderá separar essa colaboração da tentativa de catequese, isto é, de conversão dos índios à sua doutrina. [...]

[...] A política científica, essencialmente relativa, veio felizmente patentear que longe de tentar atualmente a catequese, por meio seja de que doutrina for, inclusive o positivismo, cumpre respeitar as suas ingênuas e poéticas crenças fetichistas, que foram originalmente as da totalidade de nossa espécie, e serão sempre, ainda no mais remoto futuro, as de cada homem na sua infância, pois que o indivíduo reproduz na sua evolução a da espécie. [...]

[...] tal situação prolongar-se-á naturalmente até que a regeneração da sociedade ocidental (para a qual o teologismo é impotente, conforme a justa observação de uma de vossas últimas manifestações públicas) autorize a tentativa da sua conversão. Sem dúvida que, até lá, deverão ficar livres as tentativas espontâneas dos diversos sacerdócios (sempre, porém, sob a iniciativa e responsabilidade de cada um e sem constrangimento para os silvícolas) de incorporação aos respectivos credos (grifo nosso) (CARTA de 22/08/1917).

O Diretor da DTC alerta que o teologismo, que seria a primeira etapa da Lei dos três estados de Comte, dividida em três idades, não poderia fazer com que os nativos subissem um degrau, rumo ao estado positivo. Desta forma, poderíamos supor que a prática da proteção fraterna deveria substituir as missões entre os nativos, na visão de Torres Gonçalves.

A Igreja Católica procurava manter bom contato com o Governo do Estado. Nesse sentido, mesmo a Igreja ainda buscando empreender a prática de catequese aos nativos, nos primórdios do século XX, em face ao processo de elaboração da política indigenista estadual e federal que pregavam a passagem da catequese para a proteção ao nativo, havia outros aspectos que interessavam à Igreja no Rio Grande do Sul. Pretendia-se fortalecer o catolicismo no Estado, estabelecendo alianças com o governo estadual e formando, através do ensino secundário, as elites gaúchas. Assim, havia apelos por parte da Igreja em continuar a empreender a catequese ao nativo, mas não parecia o objetivo primordial da Igreja.

A Igreja Católica, com o fim do Padroado e pelo próprio contexto histórico gaúcho, buscava se enquadrar ao projeto de modernização do Estado, inserindo seus preceitos de fé na sociedade gaúcha, mesmo que fosse preciso abrir mão da catequese ao

nativo; afinal, esta prática já havia sido reelaborada a partir do novo contexto que pairava, a proteção leiga, imbuída pelo cientificismo.

REFERÊNCIAS

- BECKER, D. João. A cristianização da sociedade pela Ação Católica. *Unitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 9-10, set.-out. 1929, p. 250.
- CARTA de 22/08/1917 de Carlos Torres Gonçalves para Borges de Medeiros. Porto Alegre: ABM/IHGRS.
- CORRESPONDÊNCIA de 1903. Correspondência do Frei Bruno de Gillonnay sobre Mission dos Capucions de Savoie au Brésil. *Le Rosier de Saint François D'Assise*, Chambéry, t. V, n. 8, p. 236-240, out. 1904.
- CORRESPONDÊNCIA de 15/05/1913. Correspondência ao Signé Carniel Guerrino Giuseppe e Gelain Giuseppe Bettiole sobre Vingt "Indien" qui reçoivent la première communion. *Le Rosier de Saint François D'Assise*, Chambéry, t. XIV, n. 9, p. 260-262, set. 1913.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A. *Os Capuchinhos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST. 1996.
- D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.
- DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração; do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.
- FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t. III, v. 2.
- GIALDI, Frei Silvestre. Frei Bruno de Gillonnay: a presença de um evangelizador. *Cadernos da ESTEF*, Porto Alegre, n. 3, 1989, p. 108.
- HEINZ, Flávio Madureira. Considerações acerca de uma História das Elites. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, p. 41-52, maio 1998.
- ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- ISAIA, Artur César. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha Gaúcha. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XVIII, 1992.
- LEITE, Jurandir F.; LIMA, Antônio Carlos C. de S. Da transitoriedade do índio: considerações sobre a proteção oficial ao índio durante a Primeira República. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 15 (GT História Indígena e do Indigenismo), 1986. *Anais*, 1986.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

RELATÓRIO de 09/06/1910. Relatório sobre os indígenas do Rio Grande do Sul do Director Carlos Torres Gonçalves ao Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas. In: LAYTANO, Dante de. *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte. b) Informações recentes (século XX)*. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 69-77, 1957.

RELATÓRIO de 31/07/1911. Relatório do director Carlos Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Excmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretario d'Estado Candido José de Godoy, em 08 de setembro de 1911*. Porto Alegre/ Santa Maria: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1911. op. 025, p. 154-174.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: Sulina, 1975.